

# Mais imóveis vão pagar taxa de marinha

*O governo federal vai cobrar taxa de mais 35 mil moradores de terrenos de marinha no Estado*

**D**e 35 mil a 50 mil proprietários de imóveis em todo Estado, além dos 35 mil que já estão cadastrados na Representação da Secretaria de Patrimônio da União (RSPU) no Estado, deverão pagar a taxa de marinha a partir do próximo ano.

A cobrança, que abrangerá também os últimos cinco anos para os proprietários que serão cadastrados, será decorrente do levantamento que uma comissão da RSPU está fazendo em todo o Estado para demarcar novas áreas que estão nos limites estabelecidos por lei para definição dos terrenos de marinha.

Segundo o presidente da Comissão do Traçado de Linha Preamar Médio, engenheiro Robson Feres Doelinger, o trabalho de campo já foi concluído e a comissão está ultimando os estudos de mapas, plantas e fotos antigas para definir a Linha Limite de Marinha.

Feres Doelinger disse ainda que a Secretaria do Patrimônio da União, em Brasília, está cobrando rapidez na definição das áreas de marinha para processar o cadastramento dos imó-

veis que estão nos limites da União e começar a cobrança da taxa.

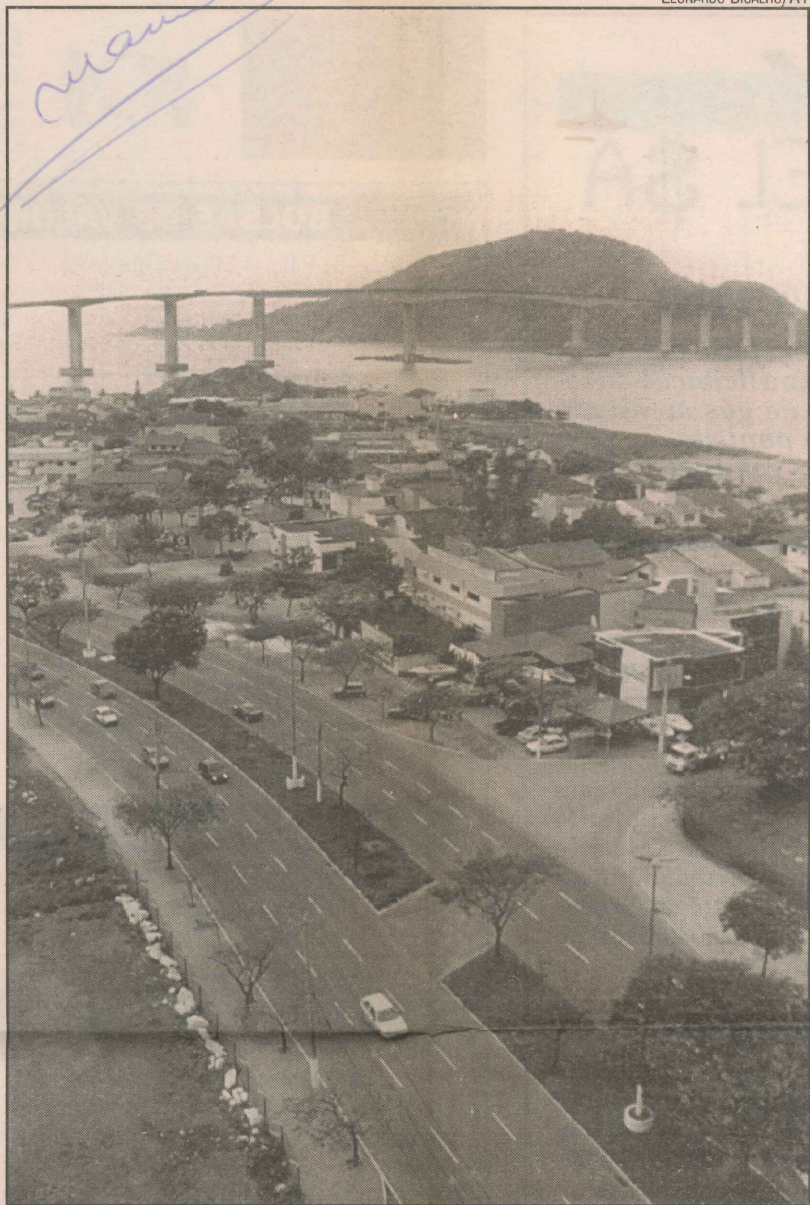
## DEFINIÇÃO

Dos 35 mil proprietários cadastrados e espalhados em municípios como Vitória, Vila Velha e Guarapari, uma parte paga uma taxa equivalente a 2% do valor do imóvel (ao ano) e outra, a dos que foram cadastrados depois de 1º de outubro de 1998, paga 5%.

A definição das áreas de marinha é feita a partir de estudos que indicam o ponto que representa a média das preamares ocorridas entre os anos de 1831 e 1836, e a partir deste ponto são medidos 33 metros na perpendicular, definindo então a Linha Limite de Marinha.

"Todos os imóveis que estiverem nessa faixa - de Sul a Norte do Estado - estão em terrenos de marinha e por isso seus proprietários devem pagar a taxa anual, independente de pagarem o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)", disse Feres Doelinger.

O técnico do RSPU explicou que o prazo dado por Brasília



Área de marinha na Enseada do Suá: nova demarcação

para conclusão do trabalho era até o fim deste ano, mas por ser um levantamento extremamente complexo, e que depende de documentos antigos, o cadastro dos imóveis só acontecerá a partir de março do próximo ano.

A última vez que a União demarcou áreas de marinha no Estado foi em 1996, num pequeno trecho, próximo à ponte de Camburi, conhecido como Pontal de Camburi, segundo informou Robson Doelinger.

## Lojistas da Glória fazem manifestação

A Associação dos Lojistas da Glória (Uniglória) promove hoje uma manifestação no estacionamento da Glória, em Vila Velha.

O protesto é contra a política do presidente Fernando Henrique Cardoso e também contra a realização da Glória Fit, a feira de confecções promovida no pólo local.

Segundo os lojistas, a feira prejudica o comércio da Glória porque atrai comerciantes de fora do pólo e onera os donos de confecção.

O protesto contra o presidente Fernando Henrique Cardoso acompanha o movimento que será deflagrado em nível nacional hoje pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A manifestação dos comerciantes do pólo de confecções da Glória acontece das 12 às 13 horas.

## Senador quer mudar critério

Um projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS) que será apresentado hoje no Senado Federal propõe a mudança de critérios para definir terrenos de marinha, diminuindo de 33 metros para 13 metros da Linha da Preamar Média (LPM) o limite para estabelecer as áreas da União.

Mas a mudança mais significativa proposta pelo projeto, segundo o seu autor, é a que estabelece a forma para demarcar a LPM, que seria definida a partir

das médias das preamares apuradas em 1999, o que de imediato isentaria todos os proprietários de imóveis localizados na chamada área de terreno acrescido de marinha.

Os terrenos acrescidos de marinha são as áreas que foram aterradas, como a Praia do Canto e Enseada do Suá, por exemplo. Segundo Hartung, o pagamento das taxas de marinha atinge praticamente todos os estados litorâneos.

"Os critérios para limitar os terrenos de marinha têm origem numa lei de 1946 e são apoiados na Linha da Preamar Média de 1831, o que mostra o quanto estão defasados, criando uma dor de cabeça muito grande para vários estados", explicou o senador.

Hartung lembrou que já apresentou, no início do ano, uma proposta de emenda constitucional, propondo o fim da instituição terreno de marinha.